



## ORÇAMENTO 2019

Tendo em vista a satisfação das necessidades do concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativa uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município de acordo com os princípios legais vigentes. É da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal) assentes no princípio da autonomia financeira e administrativa dos municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação até 31 de Outubro de cada ano, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 45º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro (Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - RFALEI).

O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do concelho no curto e no médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental previsto no RFALEI. Estão refletidas nas Grandes Opções do Plano (GOP's) todas despesas do Município, ou seja todas as rubricas orçamentais genéricas estão previstas nas GOP's, para além dos projetos específicos que normalmente as compõem. Esta opção permite facilitar a leitura do orçamento através de um único mapa, bem como permite prever valores plurianuais para todas as rubricas da despesa.

A situação financeira do Município de Celorico da Beira ao longo de vários anos obrigou a que o Município recorresse aos mecanismos de recuperação financeira previstos na lei, nomeadamente o saneamento financeiro nos termos do art. 58.º do RFALEI. A Assembleia Municipal aprovou a 14 de setembro de 2017 um plano de saneamento financeiro no valor de 11.592.670,82€, que visava liquidar dívida em atraso através da contração de empréstimos, e que estabelecia os limites orçamentais do Município para um período de 14 anos. Os empréstimos em causa receberam visto do Tribunal de Contas a 7 de junho do corrente ano de 2018, tendo sido os montantes



já utilizados, pelo que o Município está obrigado ao cumprimento do estipulado no plano de saneamento financeiro e a apresentar relatórios semestrais sobre a sua execução à Assembleia Municipal. Assim, o orçamento agora apresentado tem em consideração os princípios previstos nesse mesmo plano, nomeadamente os limites à receita e despesa, sendo estes valores ultrapassados apenas nas situações devidamente fundamentadas tais como imposições legais (como é o exemplo das imposições dos orçamentos de estado), ou obtenção de receitas adicionais (tais como projetos financiados por fundos comunitários).

As GOP's são a junção de outros dois mapas orçamentais, as Atividades Mais Relevantes (AMR's) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), sendo o PPI o mapa onde apenas constam despesas de capital, nomeadamente os investimentos relacionados com aquisição de património para o Município onde se inclui por exemplo as obras e equipamento variado. O orçamento e o respetivo plano plurianual de investimentos (PPI) agora apresentados apresentam um grande valor de investimentos financiados por fundos comunitários, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores. Esses investimentos resultam de diversas candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal 2020. O PPI prevê só para 2019 cerca de dois milhões e meio de euros de investimentos cofinanciados, sendo a maior parte dos projetos financiados a 85%, projetos esses que serão detalhados mais à frente aquando da análise da despesa. A execução destes projetos está dependente da aprovação das respetivas candidaturas, e dos fundos disponíveis do Município para assumir as respetivas componentes nacionais nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Assim sendo, apresenta-se por este meio o Orçamento do Município de Celorico da Beira para vigorar em 2018, elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e n.º 84-A/2002 de 5 de Abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro. No que respeita às classificações económicas, estas têm como base de especificação o classificador económico das receitas e despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002,



de 14 de Fevereiro, com as suas devidas alterações. Relativamente às classificações orgânicas considerou-se o disposto no ponto 2.3.2. do POCAL e no Ofício Circular n.º 6 de 2002.03.19 da Direção Geral das Autarquias Locais, optando-se por não aplicar o classificador orgânico criando-se apenas dois órgãos, “01- Assembleia Municipal” e “02 - Câmara Municipal”, à semelhança do aplicado nos orçamentos dos anos anteriores. No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pelo RFALEI e pela Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto), apresenta-se um orçamento único e anual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas para o ano civil de 2019.

De acordo com o art.º 44º do RFALEI, os municípios deveriam apresentar um quadro plurianual de programação orçamental, que deveria definir as receitas e despesas para os quatro exercícios seguintes, mas no entanto de acordo com a circular nº 82/2016 da ANMP alusivo à circular n.º 108/2014, o referido quadro plurianual carece de regulamentação específica que ainda não existe, pelo que não estão criadas as condições para o cumprimento do art.º 44º da Lei das Finanças Locais. De qualquer modo, com a aprovação do plano de saneamento financeiro, estão definidos os limites orçamentais para os anos seguintes.

Apesar de para 2019 estar prevista a introdução de um novo sistema contabilístico (SNC-AP) que irá substituir o POCAL, que prevê novos mapas orçamentais, a CCDRC e a DGAL informaram os municípios que a preparação dos documentos orçamentais para o próximo ano deverão ser elaborados nos moldes do POCAL, e posteriormente convertidos ao SNC-AP a partir de 01-01-2019. Isto implicará que a informação relativa às execuções orçamentais do próximo ano será feita através de outros mapas, mas que os dados e valores orçamentais iniciais serão os aprovados em 2018.

O Orçamento para 2019 ao contrário dos anos anteriores não reflete um montante elevado de dívidas em atraso, visto que a maior parte foi liquidada em 2018 com os empréstimos de saneamento financeiro. Existem algumas dívidas pendentes com no montante aproximando de seiscentos e dezasseis mil euros à empresa “Águas



do Vale do Tejo S.A.” que não puderam ser incluídas no saneamento financeiro, mas que estão a ser alvo de negociação com a empresa e com o Ministério do Ambiente. Assim os valores apresentados refletem essencialmente a execução que se espera para 2019, tendo como objetivo a execução de pelo menos 85% da receita e da despesa de modo a cumprir com o definido no n.º3 do art. 56.º do RFALEI. Seguidamente será dada uma breve explicação dos critérios utilizados para as previsões da receita e despesa sendo apresentados quadros resumo, que irão discriminar os montantes das receitas e despesas de 2019, bem como o montante da dívida, para uma melhor análise.

## Receitas

No que diz respeito às receitas, as mesmas foram calculadas de acordo com média dos últimos 24 meses e também de acordo com as previsões de receita cobrada incluídas plano de saneamento financeiro. As únicas receitas previstas no orçamento que não estão de acordo com o plano de saneamento, são as receitas dos financiamentos comunitários que variam consoante os investimentos previstos (2.211.118,13€), as rendas em atraso por parte da empresa Águas do Vale do Tejo relativa às cedências das infraestruturas (312.169€), e as transferências estatais. As transferências estatais foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central, conforme a proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo governo, conforme o quadro seguinte:

	FEF			FSM	IRS	n.º3 art.º 35 RFALEI
	Corrente	Capital	Total FEF			
<b>2019</b>	4.880.831	542.315	5.423.146	153.723	119.450	408.929

O Orçamento de Estado para 2019 prevê uma transferência adicional para alguns municípios, tendo por base o disposto no n.º3 do art.º 35.º do RFALEI, que no caso do Município de Celorico da Beira se traduz num incremento de receitas de capital no valor de 408.929€.

## Município de Celorico da Beira - Orçamento 2019



Relativamente às taxas prevê-se isenções de taxas até ao montante 20.000€, de modo a não comprometer o equilíbrio orçamental previsto, devendo esse limite ficar definido com a aprovação deste orçamento em Assembleia.

Em 2019 dever-se-á também realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de 2018, que constituirá uma eventual receita adicional, mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2018. Esta transição do saldo de 2018 para 2019, permitirá reforçar algumas rubricas de despesa.

Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as comparticipações a atribuir nas candidaturas que se prevê que sejam aprovadas e/ou executadas. Aquando da análise da despesa serão discriminados os valores mais relevantes de receita por projeto.

Assim, em resumo temos as seguintes previsões de receita:

Receita	Ano 2019
Impostos diretos	1.312.499 €
Impostos indiretos	16.052 €
Taxas, multas e outras penalidades	111.460 €
Rendimentos de propriedade	183 €
Transferências Correntes	5.723.689 €
Venda de bens e serviços correntes	1.828.808 €
Outras receitas correntes	634.712 €
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>9.627.402€</b>
Vendas de bens de investimento	70 €
Transferências de capital	3.164.021€
Passivos Financeiros	0 €
Outras receitas de capital	6.196 €
Reposições não abatidas nos pagamentos	849 €
<b>Total das Receitas Capital</b>	<b>3.171.136€</b>
<b>Total</b>	<b>12.798.539 €</b>



### **Despesas**

Relativamente às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a média da despesa dos últimos doze meses (tendo por base as despesas de setembro de 2017 a setembro de 2018), à exceção das situações cujas despesas estão previstas em contratos onde se previu as despesas dos compromissos plurianuais. Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, bem como uma estimativa para eventuais juros moratórios de deverá ser ajustada ao longo do ano de 2019. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2019 elaborado pela Secção de Recursos Humanos, que também deverá ser aprovado pelo Executivo e remetido à Assembleia Municipal. Estão previstas igualmente despesas correntes com os diversos eventos a realizar em 2019, com base nas informações fornecida pelas diversas secções do Município. As transferências foram orçamentadas de acordo com valores a transferir para associações e apoios a conceder a particulares tais como bolsas de estudo e programas ocupacionais cofinanciados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar entre 2019 e 2021, podendo estas rubricas ser verificadas no Plano Plurianual de Investimentos, sendo que a grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas forem efetivamente cofinanciadas por fundos comunitários. Dentro das obras que o Município se propõe a realizar em 2019 e 2020, deve-se salientar a continuidade face a 2018, nomeadamente na prioridade aos investimentos na área da educação, nomeadamente a requalificação das escolas EB1 da Lajeosa do Mondego e de Stª Luzia, bem como a reconstrução da Escola EB 2/3 Sacadura Cabral, cujos investimentos previstos totalizam 2.377.342,92€. No seguimento dos investimentos a efetuar ainda em 2018 na requalificação de infraestruturas de saneamento no valor de 425.468,02€, que visaram a requalificação de diversos sistemas de tratamento de águas residuais no concelho, ainda está previsto para 2019 um investimento em mais duas ETAR's, bem como estão previstos investimentos na eficiência energética, na requalificação e conservação do património, acessos Wi-Fi em Linhares da Beira e centro histórico de Celorico da Beira,



acessibilidades em Linhares da Beira, bem como na modernização dos serviços administrativos do Município. Em resumo, destacam-se no PPI os seguintes investimentos cofinanciados com fundos comunitários:

Projeto	Taxa Fin.	Investimento 2019	Valor FEDER
Requalificação de Escolas EB1 Stª Luzia	85%	103.833,26	88.258,27
Requalificação de Escolas EB1 Lajeosa	85%	362.012,62	307.710,73
Reconstrução EB 2/3 Sacadura Cabral	93%	764.598,81	707.253,90
Requalificação do Largo da Corredoura	85%	99.408,43	84.497,16
Requalificação dos Largos e Arruamentos do Centro Histórico	85%	103.937,71	88.347,05
Plano de eficiência energética Beiras e Serra da Estrela - Iluminação Pública	85%	114.075,77	96.964,40
Plano de eficiência energética Beiras e Serra da Estrela – Piscinas	85%	284.080,00	241.468,00
Conservação do património NATURAL - CIM BSE	85%	41.001,00	34.850,85
Conservação do património CULTURAL - CIM BSE	85%	72.869,80	61.939,33
Programa Modernização Administrativa Beiras e Serra da Estrela	85%	212.516,16	180.638,74
Sistema de tratamento de águas residuais do Minhocal	85%	60.569,94	51.484,45
Sistema de tratamento de águas residuais da Rapa	85%	79.500,00	67.575,00
Beneficiação da rede Primária e secundária de defesa da floresta	80%	50.000,00	40.000,00
Instituto de Turismo de Portugal - Redes de comunicação de apoio ao turismo	85%	41.000,00	34.850,00
Associação Aldeias Históricas de Portugal - Redes Wi-fi Smart Lands	90%	61.634,40	55.470,96
Associação Aldeias Históricas de Portugal - Turismo Acessível	85%	70.000,00	59.500,00
		<b>2.521.037,90</b>	<b>2.200.808,85</b>

Para além destes investimentos, existem outros projetos cofinanciados a realizar em parceria com a Associação de Municípios da Cova da Beira, Associação das Aldeias Históricas de Portugal, Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha e com a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, cujas dotações podem ser consultadas nas grandes opções do plano.

As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais disponibilizados pelas diversas entidades bancárias. Nas despesas de capital estão ainda incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder (subsídios). As despesas de capital incluem o montante de 32.300€ nos ativos financeiros, relativo à contribuição prevista do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme o disposto no n.º1 do art.º 17.º da Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto.

Tendo em conta a conjuntura económica atual, e à semelhança dos anos anteriores, para 2019 estão previstas diversas ações de carácter social, que visarão o



acompanhamento da situação de munícipes em situação económica precária. Mediante as informações obtidas através do Gabinete de Ação Social, serão analisadas as medidas necessárias para auxiliar os munícipes em dificuldades, que poderão ser de apoio financeiro, apoio habitacional, sendo de destacar neste âmbito o programa de apoio ao acesso à habitação “1º Direito”.

Assim, em termos de despesa temos as seguintes previsões:

<b>Despesa</b>	<b>Ano 2019</b>
Pessoal	4.023.231 €
Aquisição de Bens e Serviços	2.859.863 €
Juros e outros encargos financeiros	696.360 €
Transferências Correntes	216.411 €
Subsídios	25.000 €
Outras despesas correntes	89.913 €
<b>Despesas Correntes</b>	<b>7.910.778 €</b>
Aquisição de bens de capital	3.067.711 €
Transferências de capital	127.648 €
Ativos financeiros	32.300 €
Passivos financeiros	1.660.082 €
Outras despesas de capital	20 €
<b>Despesas de capital</b>	<b>4.887.761 €</b>
<b>Total</b>	<b>12.798.539 €</b>

O Orçamento da despesa a aprovar para 2019 tem um valor global de 12.798.539€, inferior em cerca de 10.161.859€ face ao orçamento inicial de 2018, visto que a dívida que existia em 2018 foi quase eliminada com a obtenção dos financiamentos do saneamento financeiro. A nível da receita o valor é também de 12.798.539€ tendo em consideração a necessidade de equilíbrio orçamental, de acordo com o previsto no POCAL. O equilíbrio orçamental de acordo com o RFALEI tem ainda em consideração o conceito de amortizações médias de empréstimos, que somadas às despesas correntes deverão ser inferiores às receitas correntes do próprio ano. Tendo em conta este pressuposto temos os seguintes valores para 2019:

<b>1 - Receitas Correntes</b>	9.627.402
<b>2 - Despesas Correntes</b>	7.910.778
<b>3 - Amortizações médias</b>	1.643.777
<b>Total (1-2-3)</b>	<b>72.847</b>





Tendo em consideração estes valores, podemos concluir que o orçamento para 2019 cumpre com o princípio de equilíbrio orçamental imposto pelo RFALEI, devendo esse equilíbrio ser mantido ao longo da execução orçamental.

As dotações orçamentais da despesa foram calculadas de modo suportar a eventual dívida que poderá transitar para 2019, mas poderão estar sujeitas a alterações conforme o decorrer da atividade do Município até ao final do ano de 2018, pelo que o montante exato de dívida a transitar para 2019 só será efetivamente conhecido no início do próximo ano. Nessa altura poderá ter que se realizar uma alteração orçamental de modo a ajustar os valores de algumas rubricas para garantir a transição de toda a dívida. Todos os projetos relevantes estão discriminados no Plano Plurianual de Investimentos, bem como no mapa das Atividades Mais Relevantes, que em conjunto constituem as Grandes Opções do Plano, cujos mapas estão anexos ao Orçamento.

Este orçamento tenta de uma forma equilibrada e ponderada prever a atividade do Município em 2019 numa perspetiva de continuidade. As restrições orçamentais continuam a limitar a atividade do Município devendo-se ter em consideração o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, bem como as imposições legais. Nessa matéria o Orçamento de Estado para 2019 prevê algum aumento de receita para o Município mas por outro lado deve-se desde já ter em conta os eventuais aumentos das despesas com o pessoal nomeadamente as atualizações salariais previstas e descongelamento das carreiras, cujos valores efetivos só serão conhecidos em 2019. Estes aumentos da despesa irão eventualmente absorver o saldo de gerência que irá transitar de 2018, pelo que poderão ser necessárias alterações ou revisões orçamentais no decorrer de 2019 neste âmbito. O objetivo orçamental para 2019 é conseguir uma execução superior a 85% tanto na receita como na despesa, não só pela imposição legal, como também para garantir a redução do endividamento da autarquia através da amortização dos empréstimos nos termos do plano de saneamento financeiro.

De uma maneira geral é evidente a aposta na educação, na poupança de recursos e na conservação do património, que absorvem a maior parte do



investimento previsto. Várias outras medidas estão a ser analisadas pelo Executivo no que diz respeito à eficiência dos recursos da autarquia, à atração de investimento empresarial para o concelho, bem como projetos de apoio às famílias, estando algumas medidas já previstas neste orçamento, sendo que outras poderão ser incluídas quando os respetivos projetos estiverem definidos, tendo sempre em conta uma perspetiva plurianual e que vá de encontro aos objetivos definidos para este mandato autárquico.

Assim, o Orçamento e Grandes Opções do Plano, bem como o Mapa de Pessoal de 2019, deverão ser aprovados em reunião de Executivo e posteriormente remetidas à Assembleia Municipal nos termos da lei em vigor.

O Presidente da Câmara

---

Carlos Manuel da Fonseca Ascensão, Dr.